ASPECTOS POLÍTICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL

Anelise Ribeiro dos Santos Birck[1]
Antonella da Silva dos Santos[2]
Nathalia Baiotto Pellenz[3]
Sophia Lösch de Oliveira[4]

Instituição: Escola de Ensino Fundamental Primeiros Passos

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Ciências humanas e suas Tecnologias

1. Introdução

O estudo da Primeira República no Brasil (1889–1930) é essencial para entender como o país começou sua trajetória sob o regime republicano e como foram criadas as estruturas políticas e sociais que usamos até hoje. Analisar esse período ajuda a compreender de que forma a organização econômica e as decisões do passado influenciaram o desenvolvimento do país ao longo dos anos.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de identificar as origens históricas de certas práticas de poder que continuam presentes na política brasileira. Além disso, o estudo dessa época destaca os desafios enfrentados pela população, que vivia em meio a grandes desigualdades sociais e acabou organizando diversas revoltas por melhores condições de vida. Esses movimentos mostram a importância da participação popular na construção de uma sociedade mais justa.

Diante disso, esta pesquisa busca investigar a primeira fase do Brasil republicano para aprofundar o conhecimento sobre nossa história política e econômica, ajudando a formar uma visão mais crítica sobre cidadania e política nos dias atuais.

[1] Professora de História e Geografia: anelisersantos@gmail.com
[2] Estudante do 9° ano, Ensino Fundamental: antonella.cortiana3112@gmail.com
[3] Estudante do 9° ano, Ensino Fundamental: nathaliapellenz@gmail.com
[4] Estudante do 9º ano, Ensino Fundamental: sophialoschdeoliveira@gmail.com

2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia deste trabalho foi desenvolvida com base na realização de dois banners explicativos e informativos: um demonstrando fatos sobre a República da Espada (1889-1894) e outro da parte da República Oligárquica (1894-1930) e uma maquete.

Na maquete serão usadas formas que facilitem expor a arquitetura, as casas, os edifícios e outros aspectos das cidades durante esse período, principalmente o Rio de Janeiro que era a então capital do país, ademais também será demonstrado nela algo relativo à Revolta da Vacina.

Já nos banners abordou-se sobre a República da Espada (1889-1894) e nele constará sobre a crise do Encilhamento; a Constituição de 1891; as ações do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto. O segundo trata da República Oligárquica (1894-1930), trará explicações sobre a Política do Café com Leite, a Política dos Governadores, o Coronelismo e o Voto de Cabresto, as revoltas no campo e na cidade, por fim sobre o término do período da Primeira República Brasileira.

Para enriquecer a análise serão disponibilizadas fotocópias como se fossem panfletos de imagens e notícias de jornais da época que contam fatos como Tenentismo, Governo Provisório, Revolução Federalista e Revoltas Sociais. Dessa maneira, as explicações facilitam a ampla compreensão do assunto.

3. Resultados e Discussões

Ao analisar os fatos históricos que permitiram e evidenciaram a Proclamação da República no Brasil, observa-se que todo esse processo ocorreu por meio do desgaste do Período Imperial baseado em três questões principais que levaram a inauguração de um novo regime político no país, o republicano. Tendo sua fase inicial chamada de República da Espada (1889-1894), compreendendo os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Nesses governos observamos alguns momentos de crise e de revoltas como a questão econômica do Encilhamento e os conflitos das Revoltas da Armada e Revolução Federalista (1893–1895) no Rio Grande do Sul. Esses resultados evidenciaram que o novo regime não nasceu de uma participação popular ampla, mas sim de arranjos de poder para conter a instabilidade e consolidar o Executivo federal, confirmando que a nascente República brasileira priorizou a ordem institucional em detrimento da democratização inicial.

No período da chamada República oligárquica (1894-1930) ocorreu a consolidação das elites agrárias e trazendo destaque para a estrutura do coronelismo, mandonismo, clientelismo e múltiplas fraudes eleitorais.

Esse comportamento político apoiava-se na Política dos Governadores, que articulava os interesses do Governo Federal com os das oligarquias estaduais, e na Política do Café com Leite, marcada pela alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais a partir do Pacto de Ouro Fino (1913). O funcionamento desse sistema dependia da coerção local exercida pelos coronéis sobre os eleitores através do "voto de cabresto".

Em contrapartida a esse controle rigoroso, o período também registrou fortes agitações sociais e trabalhistas decorrentes da industrialização e do surgimento do

operariado, resultando na Greve Geral de 1917, além de revoltas rurais e urbanas (como Canudos, Contestado, Vacina e Chibata) e do movimento Tenentista. A decadência e o colapso desse arranjo ocorreram na eleição de 1930, quando o rompimento do pacto oligárquico e o assassinato de João Pessoa serviram de estopim para a Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

Essas observações históricas estão de acordo com a definição acadêmica de que a Proclamação da República ocorreu sem a participação efetiva da população, que assistiu aos desdobramentos de forma alheia e desconectada das decisões do Estado (CARVALHO, 1987). Como destacam Ferreira e Delgado (2003), a sustentação da República Velha apoiava-se em um rigoroso pacto de reciprocidade entre as oligarquias regionais e o poder central para neutralizar as oposições. Complementando essa visão, Leal (2012) e Viscardi (2017) ressaltam que o coronelismo e a dependência do eleitorado rural constituíam a base de sustentação do regime, moldando uma cultura política cujas marcas e vícios institucionais ainda encontram ressonância na sociedade brasileira contemporânea.

Assim, os resultados obtidos confirmam a relevância de estudar a Primeira República: o período não representa apenas uma transição de governo encerrada no passado, mas o momento fundador de práticas políticas e de desigualdades estruturais do Brasil. Dessa forma, a pesquisa realizada não apenas cumpriu os objetivos teóricos propostos, como também permitiu relacionar os eventos históricos com a realidade atual, evidenciando como a compreensão da trajetória republicana é fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos.

4. Conclusão

O estudo da Primeira República permite entender como o regime republicano brasileiro se estruturou com base no domínio de grupos oligárquicos e na pouca participação popular. A transição da República da Espada para a República Oligárquica mostra que a prioridade do Estado foi manter a estabilidade política e o controle do eleitorado por meio do coronelismo e das alianças regionais.

Mesmo sob esse forte controle, a sociedade da época não ficou passiva. As revoltas no campo e na cidade, as greves operárias e as manifestações militares provam que houve resistência contra as desigualdades e a falta de representatividade, cenário que acabou resultando no fim do período com a Revolução de 1930.

Por fim, a elaboração dos materiais práticos como os cartazes, a maquete do Rio de Janeiro e os panfletos com notícias de jornais de época, ajudou a tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível. Essa combinação entre pesquisa teórica e produção visual cumpriu os objetivos do trabalho, mostrando que conhecer a Primeira República é fundamental para compreender as origens dos problemas políticos e sociais do Brasil de hoje.

5. Referências

CARVALHO (1987): CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERREIRA e DELGADO (2003): FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano, vol. 1: O tempo do liberalismo oligárquico – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL (2012): LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. *(Obra original publicada em 1948)*.

VISCARDI (2017): VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.